

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

***ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA***

Às nove horas e trinta minutos do dia doze de julho de dois mil e seis, na sala de reunião trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, deu-se início a 141ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. A abertura dos trabalhos foi feita pelo Senhor Presidente José Fernando da Silva, representante da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. A Assembléia contou com a presença dos conselheiros titulares do Conanda: Maria das Graças Fonseca Cruz (Marilene), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Antônio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Helder Delena, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João Bosco / Salesianos; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Fabio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Lodi Uptmoor Pauly, Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente; Elisabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Joisiane Sanches de Oliveira Gamba, Movimento Nacional de Direitos Humanos; Patrícia Campos, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente; Ivanildo Tarjra Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda; José Eduardo Elias Romão, Ministério da Justiça, Ricardo do Nascimento de Avelar Fonseca, Ministério do Esporte. Conselheiros Governamentais Suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: José Eduardo Andrade, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Júlia Galiza de Oliveira, Ministério da Justiça; Luciana Cecco, Ministério do Esporte; Deuzinéa da Silva Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Andréa Giovannetti, Ministério das Relações Exteriores. Conselheiros Suplentes Não Governamentais presentes: Maria Luiza Moura Oliveira, Conselho Federal de Psicologia; Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marilene Pedrosa Leite, Federação Nacional das Apaes, Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Maria Carolina da Silva, Visão Mundial. Ausências Justificadas: Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde e Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial– I - **Abertura dos Trabalhos:** O Senhor Presidente fez a abertura da Assembléia cumprimentando a todos e em seguida informou que a Pauta de trabalho só poderia ser submetida à aprovação definitivamente, após resposta se haveria ou não audiência com o Senhor Presidente da República no dia treze, data em que se comemorava o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, para entrega do documento Sistema de Atendimento Socioeducativo – Sinase. Sugeriu que fosse feita a apresentação dos informes enquanto se aguardava a presença da Subsecretária Carmen Oliveira. **II Informes: 1)** O Senhor Presidente informou sua participação no Congresso Nacional da Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude - ABMP, realizado em Belo Horizonte-MG, apresentando o troféu recebido da ABMP, pela relevante contribuição do Conanda na luta pela promoção integral dos direitos humanos devida à infância e à adolescência do Brasil. Informou sobre o convite recebido do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Cidade de Fortaleza para participação do I Seminário Municipal de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária à realizar-se no dia vinte e quatro de julho próximo. Foram indicados os conselheiros Amarildo (se tiver agenda) e Patrícia, para representarem o Conanda no evento. Informou também, que no dia de hoje representaria o Conselho na instalação do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Saúde Mental o qual irá viabilizar a constituição do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e de Saúde. Solicitou à Comissão de Políticas Públicas que indicasse um representante para integrar o GT

durante os trabalhos. **2)** O conselheiro Cláudio informou que participará, no próximo dia vinte e quatro, de um evento promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos de Barra do Pirai / RJ, onde irá discutir o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos à Convivência Familiar e Comunitária. **3)** A conselheira Elisabete informou que esteve no Estado do Pará representando o CFESS e que durante a sua visita, recebera denúncias sobre as unidades de internação naquele Estado. Aproveitou a sua estada lá para visitar o Centro de Internação Provisória, juntamente com a Presidente da Funcap, ficando chocada com a situação da mesma: lotação, prédio deteriorado e em péssimas condições, arquitetura prisional, todos os adolescentes em celas com aspecto de masmorra. A conselheira considerou toda a situação da unidade irregular. Neste sentido, informou que havia solicitado audiência com o Procurador Geral de Justiça do Estado e efetuado a denúncia para as providências cabíveis, o mais urgente possível. O Secretário Executivo Paulo Marque complementou informando que o Estado tinha recursos para receber porém, o repasse não fora efetuado visto que, a Funcap não havia enviado a documentação necessária para os tramites legais de Convênio. O conselheiro Helder complementou a fala da conselheira afirmando que o Brasil inteiro estava na mesma situação do Estado do Pará. Propôs ao Conanda diálogo com os Conselhos Estaduais dos Direitos a fim de reverter essa situação. Continuando as falas sobre a situação das medidas socioeducativas no país, a conselheira Maria das Graças (Marilene) informou que a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais estava comprometida e envolvida com essa situação para que o Sinase fosse implantado no Estado. Para isso, havia deliberado na última Assembléia realizada no mês de junho que os Fóruns Regionais fizessem um levantamento da real situação da execução das medidas socioeducativas no Estado. A conselheira informou ainda que havia representado o Conanda no I Encontro de Presidentes de Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse Encontro foi realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais com o objetivo de articulação do Conselho Estadual com os Conselhos Municipais e a apresentação e discussão do Plano de Ação para o Estado. A conselheira Júlia Deptulski propôs solicitar aos Conselhos Estaduais relatórios sobre a situação do adolescente infrator nas unidades de internação nos Estados e, posteriormente, dar visibilidade desses dados à imprensa. A conselheira Maria Izabel propôs que a SPDCA e o Conanda realizassem reunião urgente com os responsáveis pelas unidades de internação nos Estados para discutir o Sinase. O conselheiro Amarildo concordou com a proposta da conselheira Júlia propondo um termo de referência a ser encaminhado aos Estados a fim de ordenar as informações. O conselheiro Helder questionou se não poderia utilizar os dados do relatório da OAB/CFP. O Senhor Presidente informou que o Conanda já havia solicitado à Frente Parlamentar abertura de CPMI sobre unidades de internação. Com relação ao relatório da OAB/CFP informou que já havia chegado uma nota técnica do Fonacriad e que os conselheiros do Conanda Cláudio e Júlia Deptulski mediante os subsídios, farão o seu parecer. Quanto ao Sinase, lembrou a todos que a Presidente do Fonacriad já havia preparado minuta de agenda para discutir a implantação do mesmo nos Estados, sugerindo que todos estes pontos fossem discutidos no VIII Encontro de Articulação. Foi solicitado que a Comissão de Políticas Públicas apresentasse minuta do termo de referência ainda nesta Assembléia. **4)** A conselheira Beatriz informou que nos dias dez e onze esteve em Goiânia e visitou o assentamento das famílias desabrigadas onde realizou reunião com as lideranças que atuam naquela localidade e constatou que as três esferas de governo cumpriram suas promessas: o governo federal liberou vinte e cinco milhões para construção de moradias, o governo estadual em dar mais cinco mil por família e o governo municipal se encarregou de arranjar terrenos para a construção das moradias. No entanto, entre os próprios assentados surgiu alguém que tomou a liderança de tudo e não passou a verba para as famílias e sim, ele mesmo quem está administrando os recursos e que para complicar a situação, ele havia se candidatado a Deputado Estadual. A conselheira ressaltou ainda que, segundo informações locais a medida que as casas vão ficando prontas ele as distribui de acordo com a sua decisão. Os primeiros a receberem são os que garantiram os seus votos à ele. Na medida que as casa vão se esvaziando novos moradores vão surgindo no assentamento com a garantia de que vão receber moradia, tendo em vista serem seus adeptos ou afilhados políticos. Foi informado que as lideres da Pastoral da Criança estavam indignadas com a situação por não acreditarem que as “casinhas” valiam doze mil reais e que os próprios assentados gostariam de

administrar o seu dinheiro e construir as suas casas. O conselheiro Amarildo complementou alegando que na época passou o caso para o Ministério Público e que, deveria continuar insistindo para que o mesmo tomasse as providências cabíveis. O Senhor Presidente sugeriu que fosse encaminhado ofício ao Ministério Público, aos Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos e Ministério das Cidades, com conteúdos específicos para cada um deles. 5) O conselheiro Eduardo Romão informou sobre a realização do Seminário Nacional de Classificação Indicativa no início deste mês para debater conceitos, problemáticas e críticas relacionadas à nova prática de classificação indicativa implementada pelo Ministério da Justiça. Em seguida fez a distribuição do material a todos os conselheiros presentes. O Senhor Presidente solicitou ao conselheiro a viabilidade da distribuição do material do Seminário no VIII Encontro de Articulação e na II Oficina sobre o Adolescente Aprendiz. O conselheiro ficou de analisar o pedido. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente deu boas-vindas à Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente Senhora Carmen Oliveira que, primeiramente expôs sobre as articulações com a Casa Civil da Presidência da República no tocante ao Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, informando que no parecer foram delineados quais artigos seriam matérias do Projeto de Lei e quais seriam matérias de resolução do Conanda. Além disso, haviam sido discutidas questões de conteúdo e de formato do Projeto, devendo o assunto ser retomado no próximo dia vinte e quatro de julho, entre a Casa Civil, Ministério da Justiça e a SPDCA. Informou também sobre a constituição de uma Comissão Intersetorial no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos por intermédio de Decreto Presidencial, com a finalidade de acompanhar o processo de implementação do Sistema de Atendimento Socioeducativo - Sinase, articular políticas governamentais e elaborar estratégias conjuntas para o desenvolvimento de ações relativas à execução de medidas socioeducativas dirigidas às crianças e adolescentes. A Comissão Intersetorial será constituída por representantes dos Ministérios de doze áreas de atuação, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, e pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sendo coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O Decreto será publicado no dia treze de julho, aniversário do Estatuto. Com relação à audiência com o Senhor Presidente da República, ela informou que não seria possível por compromissos agendados fora de Brasília e que possivelmente a audiência se realizasse na sexta-feira, dia quatorze de julho com a presença dos conselheiros que pudessem permanecer um dia a mais em Brasília. Quanto à Teleconferência foi informado que a mesma estava confirmada, inclusive com a presença do Senhor Ministro Paulo Vannuchi que comporá a mesa com o Conanda, a ABMP e o Fonacriad. Salientou que foram convidados os Conselhos Estaduais, Municipais e Tutelares, Gestores Públicos estaduais e municipais, Juizes e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude e outros. No tocante à participação dos Estados, a Senhora Carmen informou que seriam contempladas as cinco regiões do país por intermédio dos Conselhos Estaduais e gestores estaduais e municipais. Ainda com relação ao Sinase, foi informado que os conselheiros Cláudio e Amarildo juntamente com as Senhoras Karina Sposato e Edna Lúcia farão a síntese do documento para submetê-lo à aprovação na próxima plenária do Conselho. Informou sobre a constituição um grupo de trabalho entre representantes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para construção de ações conjuntas e que, na próxima Assembléia, a SPDCA apresentaria a metodologia e o cronograma de implantação do Sinase nos Estados. Neste sentido, o Senhor Presidente informou que a Comissão de Políticas Públicas também estava constituindo agenda para realização de seminários estaduais para discussão da implantação do Sinase devendo a mesma, ser apresentada no VIII Encontro de Articulação. Neste sentido, propôs que estas agendas fossem discutidas conjuntamente SPDCA e Conanda. A conselheira Elisabete considerou extremamente importante a ação articulada entre a SEDH/SPDCA/MDS, alegando que as medidas socioeducativas se encontravam à deriva nos Estados. Com relação à audiência pública, a conselheira Maria Izabel manifestou-se contrária a sua realização sem a presença de todos os conselheiros, registrando a sua decepção pela não realização no dia agendado propondo então, que a mesma fosse realizada no próximo mês de agosto. O conselheiro José Eduardo disse que entendia o sentimento da conselheira porém, considerou que a marcação da agenda não dependia só do Presidente da República, defendendo que a mesma fosse realizada na sexta-feira, sendo representada

pela Presidência do Conselho. O conselheiro Cláudio concordou com a afirmativa do conselheiro José Eduardo porém argumentou sobre a questão da oportunidade política, onde todos pudessem estar presentes num momento significativo que era a entrega de uma política estruturante como o Sinase e, o que a mesma representava para a área da criança e do adolescente. Para o conselheiro a não participação do Colegiado como um todo causava a sensação de “pouca importância”. Por fim, afirmou que não se tratava de legitimidade mas de reconhecimento político. Concordou com a proposta da conselheira Maria Izabel de que, caso a audiência não fosse realizada na data proposta, que fosse transferida para o mês de agosto. Com relação ao contingenciamento de recursos o conselheiro Fábio questionou qual era a importância que este governo dava para as questões voltadas às crianças e adolescentes. O conselheiro Romão propôs que na audiência de sexta-feira, o Conselho fosse representado apenas pela Presidência (Presidente e Vice-Presidente). Se os conselheiros da Sociedade Civil não pudessem estar presentes os conselheiros governamentais, apesar de estarem em Brasília, também não deveriam comparecer. Quanto à audiência proposta para o mês de agosto considerou que a mesma precisava ser avaliada quanto aos seus prós e contra. A conselheira Elisabete disse ter compreendido a posição do conselheiro Romão porém, destacou a questão da ausência do Presidente da República na VI Conferência Nacional e também sobre o contingenciamento de recursos alegando que a audiência seria uma ótima oportunidade para que ele revisse estas questões. Concordou com as falas dos conselheiros Cláudio e Maria Izabel. O conselheiro Amarildo concordou com a proposta do conselheiro Romão colocando-se à disposição para representar o Conanda caso fosse necessário. Com relação ao contingenciamento, considerou equivocadas as falas dos que o antecederam alegando que o orçamento na área da criança e do adolescente vinha crescendo ano a ano e que esta era uma discussão que merecia aprofundamento. O conselheiro José Eduardo manifestou o seu acordo com a proposta do conselheiro Romão e, com relação ao orçamento, considerou que era necessário analisar a questão da violação dos direitos no tocante ao orçamento como um todo. O conselheiro Cláudio contrapôs alegando que tanto na sua fala como da conselheira Elisabete não estavam tratando de orçamento restrito mas sim, do orçamento global na área da criança e do adolescente. O Senhor Presidente lembrou a todos que a questão orçamentária seria discutida em outro momento. No tocante a reunião a ser realizada no próximo dia vinte e quatro para discutir o parecer sobre o projeto de lei de execução das medidas socioeducativas, a conselheira Maria Izabel solicitou que o resultado fosse repassado à Comissão de Políticas Públicas para análise bem como, fosse repassado aos conselheiros o resultado final sobre os encaminhamentos do projeto. Mediante o impasse sobre a audiência com o Presidente da República o Presidente José Fernando propôs que a sociedade civil e os conselheiros governamentais se reunissem individualmente às dezessete horas do dia de hoje para as ponderações necessárias e se manifestassem sobre o assunto. Propôs também que, caso a audiência fosse transferida, incluir a entrega do texto do projeto de lei no mesmo evento. Neste momento o Senhor Presidente fez uma retrospectiva apresentando todas as correspondências encaminhadas ao Presidente Lula, desde o ano de dois mil e dois solicitando audiência para o Conanda, sem resultado satisfatório e que, novamente seria protocolado o pedido.

**III - Trabalho das Comissões Temáticas:** No período da tarde as Comissões se reuniram para tratar de assuntos específicos de suas áreas de atuação.

**IV – Relato dos trabalhos das Comissões Temáticas:** Dando prosseguimento, no segundo dia da Assembléia foram apresentados os relatos conforme segue:

**1) Comissão de Políticas Públicas:** A conselheira Miriam fez o relato dos trabalhos abordando os seguintes pontos:

**a) Reunião com a coordenação do PETI:** ficou definido que a Assessora Técnica Bernadete redigirá o ofício a ser assinado conjuntamente pelo Conanda e CNAS, solicitando aos Conselhos Municipais dos Direitos o monitoramento e acompanhamento da situação do trabalho infantil no município, efetuando os encaminhamentos necessários no caso de confirmação das mesmas.

**b) Unidades de Internação:** O GT de medidas socioeducativas irá redigir minuta de questionário a ser enviado aos Conselhos Estaduais dos Direitos após visita às unidades de internação. O resultado será incorporado ao roteiro que está sendo elaborado pela Comissão com a participação do Fonacriad. O documento final será entregue aos Conselhos Estaduais no VIII Encontro de Articulação. Foi proposto e aprovado que o GT/MSE deverá encaminhar o questionário aos conselheiros até o dia trinta de julho para sugestões;

**c) GT/MSE/Sinase:** A Gerente de Projetos Edna Lúcia e o Secretário Executivo Paulo Marques deverão

apresentar a metodologia de implantação/implementação do Sinase nos Estados bem como, o cronograma dos seminários regionais no VIII Encontro de Articulação. A minuta do documento deverá ser repassada via e-mail aos conselheiros com antecedência; **d)** Nota Técnica Febem/SP: A Nota Técnica foi aprovada com correções pertinentes e deverá ser encaminhada à Febem/SP juntamente com uma cópia do documento Sinase; **e)** Bolsa Família: Ficou definido que o GT composto pelos conselheiros Cláudio, Amarildo, José Eduardo, Sandra e Júlia Deptulski apresentarão proposta de retomada das discussões na Assembléia do mês de setembro; **f)** Seminário Quilombinho: Devido a problemas na assinatura do convênio, o encontro foi adiado. O conselheiro Amarildo irá tratar com a Seppir a nova data para a sua realização. Foi enfatizada a importância da participação de todos os conselheiros no evento; **g)** Oficina Aprendizagem: Foi discutido e aprovada a proposta da coordenação das mesas da oficina e foi informado sobre os preparativos e os encaminhamentos finais para a realização da oficina. A Secretaria Executiva encaminhará ofício aos Conselhos Estaduais esclarecendo que, dos dois conselheiros tutelares indicados apenas um participará da oficina, indicando o seu nome ao Conanda. Incluir o Conselho Nacional da Juventude e o Fórum Nacional DCA na lista dos convidados. Todos os integrantes da Comissão deverão participar da oficina devendo encaminhar suas confirmações até o dia dezessete de julho à Secretaria Executiva. Os conselheiros Miriam, Maria Izabel, Antonio, Helder e Deuzinéa integrantes do GT / Trabalho Infantil, se reunirão no dia vinte e seis de julho próximo para tratar de assuntos pendentes. A vinda dos mesmos deverá ocorrer no dia vinte e cinco no final da tarde ou à noite; **h)** Minuta do Decreto de Aprendizagem: A conselheira Miriam deverá repassar aos conselheiros integrantes da Comissão de Políticas Públicas a minuta do Decreto para o envio de contribuições. Os conselheiros deverão encaminhar as sugestões até o dia dezoito do mês em curso. O GT na reunião do dia vinte e seis avaliará as propostas e as encaminhará à Secretaria de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho e Emprego; **i)** Indicações: A Conselheira Alda foi indicada para compor a Comissão de Saúde Mental do Ministério da Saúde e, os conselheiros Cláudio Augusto e Júlia Deptulski foram indicados para compor a Comissão Intersetorial para acompanhamento do Sinase; **j)** Inspeção OAB / CFP e Parecer fonacriad: A Secretaria Executiva deverá distribuir aos integrantes da Comissão o relatório de inspeção da OAB / CFP e o Parecer do Fonacriad para subsidiar o parecer do GT / MSE que deverá ser apresentado na próxima plenária do Conselho; **l)** Ofício do Cedca-ES: O Conanda recebeu Ofício do Cedca-ES discordando dos critérios estabelecidos para a escolha dos conselheiros que irão participar do VIII Encontro de Articulação, solicitando livre escolha. Foi proposto encaminhar correspondência ao Cedca informando a posição contrária do Conanda, tendo em vista que as regras para participação dos Conselhos já estavam definidas desde o primeiro encontro realizado pelo Colegiado. **2) Comissão de Articulação e Comunicação:** **a)** VIII Encontro de Articulação: Primeiramente foi informado que o consultor Mauricio Vian já havia sido contratado para elaborar a sistematização dos parâmetros sobre fundos dos direitos. Em seguida, a conselheira Joisiane apresentou a proposta de programação do VIII Encontro de Articulação à realizar-se nos dias oito, nove e dez de agosto de dois mil e seis. Após o detalhamento de todos os itens a plenária sugeriu algumas alterações, ficando a conselheira Joisiane responsável pela adequação até o próximo dia quinze de julho e encaminhá-la à Secretaria Executiva do Conanda e ao NASCE para as providências necessárias; **b)** Plano Nacional de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária: Foi informado que o prazo para consulta pública tinha sido prorrogado até o dia trinta e um de julho próximo e que, até o momento, já havia recebido cerca de cem contribuições. Após o prazo final será feita a sistematização das contribuições recebidas. Para tanto, foi aprovada a constituição do Grupo de Trabalho composto por dois representantes do Conanda sendo que o nome do conselheiro Helder foi indicado como um dos representantes para compor o grupo e dois representantes do CNAS, sendo que a SEDH, o MDS e o Unicef terão um representante cada. Comporão ainda o GT, três consultores cuja finalização dos trabalhos esta prevista para o final do mês de agosto. O documento final será submetido à deliberação do Conanda e CNAS nas respectivas Assembléias do mês de setembro. O lançamento do documento está previsto para o dia doze de outubro de dois mil e seis; **c)** Resolução sobre Fundo: O assunto será debatido no VIII Encontro de Articulação, cujas contribuições serão utilizadas na elaboração dos Parâmetros sobre fundos. A minuta do documento será submetida às Comissões de Articulação e Orçamento no

próximo mês de setembro e pautada para deliberação do Colegiado na Assembléia do mês de outubro;

**d)** Campanha “ Crianças e os Maus Tratos”: O documento não foi apreciado por falta de tempo; **e)** Processo de aprofundamento das discussões sobre Conselhos Tutelares: O tema será discutido no VIII Encontro cujo material será sistematizado e incluído na pauta da Comissão do mês de setembro; **f)** Publicação da Resolução 116: Foi proposto e aprovado que o texto a ser fixado na Resolução 105 teria o seguinte teor: “**Edição da Resolução 105 apresentada na 128ª Assembléia Ordinária do Conanda realizada nos dias quatorze, quinze e dezesseis de junho de dois mil e seis**”; **g)** Projeto Andi: O mesmo deverá ser concluído pela SPDCA; **h) 1.** Fechar o Projeto Andi – responsável Senhor Paulo Marques; **2.** Verificar a possibilidade de uma assessoria permanente e específica para o Conanda, responsável o Senhor Presidente José Fernando, **3.** Verificar com a Assessoria de Comunicação da SEDH se existe outro instrumento viável para fazer a contratação do Plano de Comunicação do Conanda – responsável conselheiro Amarildo Baesso; **4.** Na revisão do Regimento Interno prever a comunicação como uma Política do Conanda, definindo a necessidade de uma assessoria permanente.; **h) Pró Conselho Brasil:** A conselheira Maria das Graças (Marilene) informou sobre a reunião do Grupo Gestor onde contou com a participação dos parceiros. Falou também da cartilha que está sendo elaborada e que será submetida à aprovação do Conanda. A conselheira ressaltou que os Promotores de Justiça Rogério e Murilo Digiácomo, representantes da ABMP, tiveram participação ativa na elaboração da cartilha. Informou também que o Conselho de Procuradores de Justiça estabeleceu que todos os Conselhos estejam implantados até o ano de dois mil e sete, solicitando que o Conanda aderisse à proposta. Neste sentido, foi aprovado que o Conanda convidasse o Conselho de Procuradores para discutir melhor a proposta. **3) Comissão de Legislação e Regulamentação:** A conselheira Marta fez o relato dos trabalhos enfocando os pontos que seguem: **a)** Seminário Legislativo: Foi informado que os pareceres relativos aos projetos normativos já se encontram inseridos no data base, restando tão somente, os pareceres da OAB e Anced. Informado também que a Senhora Neide Castanha tinha mantido contatos com o conselheiro Amarildo e a Senhora Márcia Santana, para tratar dos aspectos logísticos do evento, (passagens, materiais, local e outros. O conselheiro Amarildo esclareceu sobre o posicionamento da Subsecretaria que era transformar a proposta em projeto, para análise sobre as possibilidades financeiras do pedido e que a situação estava pendente porque a Subsecretaria não havia recebido o projeto. Em relação ao contrato efetuado entre o Unicef e o Cecria, foi informado que a maioria das tarefas estavam cumpridas, faltando apenas a sua participação no Seminário. O Senhor Presidente esclareceu que no Planejamento estratégico havia ficado definido que o Conanda efetuará o levantamento dos projetos porém, na Assembléia do mês de fevereiro, havia sido definido a realização do Seminário com a conclusão prevista para o mês de julho. Como os pareceres não estavam prontos havia necessidade de aguardar a conclusão para se decidir ou não pela realização do Seminário neste ano ou, se aguardava os novos parlamentares no próximo exercício. O conselheiro Amarildo informou que não havia disponibilidade de recursos para o referido Seminário. Propôs que após a conclusão dos pareceres agendasse um dia a mais na Assembléia para debatê-los e que este debate deveria acontecer antes do Seminário com os Parlamentares. No que diz respeito a localização do Banco de Dados, foi discutido que o mesmo ficasse instalado na Secretaria Executiva do Conanda. A conselheira Maria Izabel informou que a Conaeti havia constituído uma Subcomissão para analisar os projetos de lei sobre trabalho infantil que estão em andamento no Congresso Nacional e, que havia sido deliberado utilizar os mesmos pareceres mencionados; **b)** Nota Técnica do Programa Chupim, da Rádio Metropolitana de São Paulo (uso de linguagem depreciativa, pejorativa, obscena e discriminatória): Foi aprovado encaminhar ofício ao Ministério Público de São Paulo para que adotasse as providências cabíveis, haja vista a flagrante violação do direito à dignidade humana; **c)** Análise do dossiê “Caso Júlio César” elaborado pela organização de Direitos Humanos Projeto Legal: O documento foi protocolado na Secretaria Executiva do Conanda e tratava-se do pedido de providências em face de violações perpetradas contra o adolescente Júlio César durante sua permanência no sistema socioeducativo no Rio de Janeiro. Foi deliberado enviar ofício às autoridades competentes para apuração e responsabilização do referido assunto.**c)** Regimento Interno do Conanda: Foi aprovado enviar o texto sistematizado aos conselheiros para sugestões até o final do mês de julho. A Comissão deverá se

reunir no mês de agosto para conclusão dos trabalhos e submetê-lo à aprovação na Assembléia do mês de setembro do ano em curso. **4) Comissão de Orçamento e Finanças:** O conselheiro Fábio fez o relato dos trabalhos destacando os pontos que seguem: **a)** III Congresso Nacional de Conselhos Tutelares: Foi deliberado que as Comissões de Articulação e Comunicação e Orçamento e Finanças deverão se reunir com a Coordenação Executiva do Fórum Colegiado durante a realização do VIII Encontro de Articulação, para discutirem sobre a temática a ser incluída na programação do Congresso Nacional. A Secretaria Executiva deverá reencaminhar a proposta do Fórum aos integrantes das duas Comissões; **b)** Balanço dos Convênios: O Senhor Paulo Marques distribuiu planilhas e fez a explanação sobre a formalização, execução e pagamento dos projetos atendidos, detalhando a situação de cada um deles. Esclareceu que alguns convênios deixaram de ser efetivados por problemas de inadimplência, documentação, etc. Os mesmos serão analisados até o mês de outubro para serem formalizados após o segundo turno eleitoral; **c)** Balanço das emendas: O Senhor Paulo apresentou planilha contendo a situação das emendas conforme solicitação do Conanda, discorrendo sobre a situação de execução de cada uma delas. As emendas apresentadas foram: SPDCA, MEC e Ministério do Esporte, sendo que o MDS não havia enviado as informações solicitadas; **d)** PPA / Orçamento 2007: Foi apresentado também o relatório referente ao PPA 2007 e a situação atual do orçamento deste exercício, O Senhor Paulo informou que até o dia vinte e oito de julho será enviado via e-mail, aos conselheiros, a nova situação orçamentária tendo até o dia primeiro de agosto para as contribuições. O prazo para a SEDH/SPDCA indicar os valores no PPA/2007 considerando-se os limites orçamentários, será até dois de agosto; **e)** Evento Quilombola: Foi informado que a princípio os recursos estavam previstos no orçamento da Cooperação Internacional porém, caso fosse necessário, serão utilizados recursos do FNCA; **f)** Reunião do Grupo de discussão sobre fundos: Foi proposto e aprovado discutir alguns pontos considerados relevantes pelo GT no VIII Encontro de Articulação, tais como: qual a natureza do fundo, o que financiar, renúncia fiscal, qual a dimensão de gerir o fundo, como captar recursos. Após discussão foi definido convidar o Promotor de Justiça Vara da Infância e da Juventude da Cidade do Rio de Janeiro para debater o assunto no VIII Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos. Foi apresentado texto sobre financiamento do Sinase a ser encaminhado ao Ministro da Fazenda a fim de subsidiar a liberação do orçamento. Finalizando os trabalhos da manhã, a conselheira Maria Izabel leu o texto “Eu Sei mas não Devia” de Marina Colassanti, em comemoração aos dezesseis anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. **V - Vídeo Conferência – 16 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente:** A Vídeo Conferência foi realizada no Auditório da Interlégis, Anexo da Câmara dos Deputados e nos Estados nas Assembléias Legislativas para debater o tema: Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo – Sinase. Compuseram a mesa os Senhores Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, – SEDH, José Fernando da Silva, Presidente do Conanda e Senhoras Carmen S. de Oliveira, Subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA, Laila Shukaire, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP, Jane Aline Kühn, Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras das Políticas de Promoção de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fonacriad. O Senhor Ministro fez a saudação de abertura dando boas-vindas aos participantes e os parabéns pelos dezesseis anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seguida, anunciou a assinatura de decreto presidencial criando a Comissão Intersetorial integrada por ministérios, secretarias especiais, Conanda e CNAS, para acompanhar a implementação do Sinase. Salientou que o projeto de lei de execução das medidas socioeducativas norteará os caminhos para que o Sinase dê um passo adiante e que tanto o Sinase como o projeto de lei, tiveram avanços históricos para a nação. O Senhor Ministro ressaltou que o Estatuto da Criança e do Adolescente atravessou uma infância difícil para a sua implantação porém, a defesa da criança e do adolescente no Brasil havia mostrado resultados significativos como a queda da mortalidade e do trabalho infantil entre outros. A Senhora Carmen iniciou a sua fala dizendo que na comemoração dos dezesseis anos do Estatuto estavam colocando o dedo em uma ferida nacional: o que fazer com os adolescentes que praticavam delitos e que até mesmo participavam do crime organizado. Ela citou que, de um lado a crise de implementação na área socioeducativa era visível. Por outro lado, podia-se visualizar uma outra evidência desta crise de implementação que nem

sempre era destacada nas manchetes da mídia, como a forte tendência de crescimento da população de adolescentes internos no país. Ela ressaltou a importância do Sinase ter nascido de uma construção coletiva e que a sua plataforma inspiradora eram os acordos internacionais em direitos humanos, em que o Brasil era signatário. Ressaltou também, a importância em propor uma política socioeducativa como uma articulação em rede e de integração de políticas intersetoriais, pela afirmação da natureza pedagógica, pela ênfase na descentralização e pela primazia na aplicação das medidas em meio aberto. Citou algumas estratégias necessárias a serem desenvolvidas em médio prazo como: a ampliação de varas especializadas e plantão institucional; a integração dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública, Assistência Social, na operacionalização do atendimento inicial do adolescente em conflito com a lei; o fortalecimento do sistema de defesa destes adolescentes; a ação mais efetiva dos conselhos estaduais e municipais; a definição de limites e competência na gestão compartilhada; a formulação de políticas especiais de atendimento: para adolescentes com deficiência e/ou com sofrimento psíquico, para os adolescentes de dezoito a vinte e um anos a capacitação dos atores socioeducativos, o atendimento integrado e qualificado dos egressos, o necessário controle social com o devido monitoramento dos Conselhos dos Direitos, Ouvidoria e Corregedoria. Destacou algumas das iniciativas do governo federal que iam de encontro aos desafios na implementação do Sinase como: o crescente investimento nas medidas de meio aberto no ano de dois mil e seis, atingindo cinco mil adolescentes em dezenove Estados; a capacitação das equipes; o incentivo à constituição de novas práticas, como a Justiça Restauradora; a implementação das portarias interministeriais formalizadas com o Ministério da Saúde; a criação de uma gestão da informação na SPDCA e a partir de hoje, a Comissão Intersetorial, envolvendo doze ministérios. Por fim, argumentou que cada vez mais vem se tornando indefensável a lógica carcerária no país e que era preciso sim, com sensibilidade e ousadia, experimentar novas tecnologias, reunir esforços das várias áreas de conhecimento e estabelecer parcerias suprapartidárias. O Senhor José Fernando cumprimentou a todos e à todas manifestando a alegria do Conanda em realizar a Vídeo Conferência no dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente comemorava os seus dezesseis anos de existência. Enfatizou a construção histórica do Sinase em parceria com a SEDH, ABMP e Fonacriad. Para o desenvolvimento de uma agenda nacional. Nesta construção histórica estiveram envolvidos os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos, Juizes e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, Defensores Públicos, Gestores Públicos e outros atores sociais. Saliu que o Sinase era um conjunto articulado de políticas intersetoriais como a saúde, educação, assistência social, trabalho / emprego, previdência social, cultura, esporte e lazer e segurança pública. Ressaltou que o Sinase estava alicerçado no tripé: **1)** sistema de garantia de direitos, modelo arquitetônico e modelo educacional; **2)** elaboração do plano pedagógico e dentro dele o plano individual de atendimento; **3)** a formação dos operadores que atuam na área socioeducativa, com enfoque nos direitos humanos. Ressaltou ainda os esforços necessários a fim de se garantir orçamento para a sua implantação e implementação. Outro aspecto abordado foi o controle social, por meio do diálogo com os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos e o papel do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Para ele, era necessário fazer da intervenção um espaço de promoção. Finalizando, o Senhor Presidente conclamou a todos a assumir as suas responsabilidades na implantação e implementação do Sinase. A Senhora Laila destacou que, o que mudava a realidade de um povo eram as ações desenvolvidas. Enfatizou os grandes avanços conquistados com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ressaltando que o Sinase era muito rico, porém, era necessário tocar no coração das pessoas. Era necessário acreditar, investir e participar, considerando um grande desafio e que, como operadores dos direitos era preciso ter coragem. Finalizando, manifestou seu desejo de que quando o Estatuto fizesse dezessete anos, o Sinase já estivesse completamente concretizado. Para a Senhora Jane, o Sinase era uma resposta concreta aos gestores públicos e que era preciso entender como era o sistema para avançar. Enfatizou que o adolescente passava pelo sistema, porém, que ele não era do sistema, portanto, precisava ser devolvido à sociedade, com competência. Para ela, o sistema entendia como socioeducativo a participação na construção do sistema, com coragem e competência. Com relação ao egresso, enfatizou que era necessário encaminhá-lo às políticas públicas básicas. No debate, as cinco regiões do país foram contempladas conforme segue: Região Norte, representada por Maria das Graças

/ Gestora Estadual; Região Nordeste: Patrícia Xavier / Cedca; Região Centro Oeste: Fábio Feitosa da Silva / ONG; Região Sudeste: Silvana Galina/ Gestora Pública; Região Sul: Lúcia / Gestora Pública. Usaram ainda a palavra o Senhor Rubens Naves, Presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e os conselheiros do Conanda: Amarildo Baesso, Cláudio Augusto, Elisabete Borgianni e Thereza de Lamare. Todos os oradores deram ênfase ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente destacando os seus avanços ao longo dos seus dezesseis anos e parabenizaram o Conanda e a SEDH/SPDCA, ABMP e Fonacriad, pelo lançamento do Sinase como instrumento transformador. Foram registrados também alguns pontos relevantes como: a necessidade de se estreitar o diálogo com o Sistema Único de Assistência Social – Suas, a gestão compartilhada, garantia do financiamento pelas três esferas municipal, estadual e nacional, mobilização das redes para a implantação do sistema, mais prioridade para a criança e o adolescente e menos juro e, a construção democrática do documento. Finalizando a Vídeo Conferência, o Presidente José Fernando destacou que, as ações para a implantação do Sinase serão delineadas de forma mais clara no VIII Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos a realizar-se no início do mês de agosto, onde será constituída a agenda de implantação e implementação do Sinase nos Estados. O Conanda realizará também debates com os Conselhos Setoriais como a Saúde, Educação, CNAS, para integração e discussão do sistema. A Subsecretária em nome do Senhor Ministro agradeceu a equipe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e à direção da Interlégis na pessoa do Senhor Márcio Sampaio Marques. Não tendo mais nada a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos dando por encerrada a Assembléia. Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. Presidente.

José Fernando da Silva  
Presidente do Conanda